

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS: O FRANCÊS NO COLÉGIO PEDRO II

Maria Gabriela Braga da Silva

Orientadora: Telma Pereira

Mestranda

RESUMO: Desde a primeira metade do século XIX, é possível observar o espaço ocupado pela cultura francesa na sociedade brasileira e o papel relevante que o francês ocuparia na educação no Brasil. A instalação da família real no Brasil implicaria resoluções importantes para as políticas educacionais do país, entre elas a criação das cadeiras de francês e inglês na instrução pública em 1809. Criado em 1837, o Colégio Pedro II foi a primeira instituição oficial de ensino do Brasil. No currículo do colégio predominavam as disciplinas de humanidades, com grande parte da carga horária obrigatória dedicada ao ensino de línguas clássicas e modernas. A língua francesa fazia parte do currículo da escola secundária brasileira até a primeira metade do século XX. Após esse período, transformações econômicas e políticas no mundo contribuíram para que o idioma cedesse lugar ao inglês como principal língua estrangeira ensinada no Brasil. No Colégio Pedro II, contudo, o francês se manteve como disciplina obrigatória, ao lado do inglês, em todas as séries do segundo segmento do Ensino Fundamental e como opção de língua estrangeira no Ensino Médio até 2016. O objetivo desse trabalho é identificar as ações glotopolíticas relacionadas ao ensino de francês no Colégio Pedro II entre 2012 e 2017, a partir da análise de documentos oficiais que nortearam o ensino de línguas no período supracitado. A pesquisa qualitativa documental parte dos conceitos de Glotopolítica presentes em Guespin e Marcellesi (1986) e de Políticas Linguísticas de Cooper (1989), Calvet (2007) e Beacco (2016) para averiguar em que medida a implementação de tais ações contribuiu para a manutenção ou para a mudança do *status* do francês nessa instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Pedro II, políticas linguísticas, francês

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo investigar as ações glotopolíticas para a promoção do francês no Colégio Pedro II (doravante CPII) entre os anos de 2012 e 2017. A partir da análise de documentos oficiais, buscamos identificar a articulação entre as resoluções de nível institucional (publicação de portarias, ordens de serviço, projeto político-pedagógico institucional e projetos do departamento de francês) e aquelas de nível nacional (Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Orientações Curriculares

para o Ensino Médio (OCEM), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), lei 13.415/17 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC)) que nortearam o ensino de línguas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio do CPII no período citado. Pretendemos, então, analisar de que forma essas ações contribuíram para a mudança ou para a manutenção do *status* do francês na instituição.

A motivação para a pesquisa surgiu de nossa experiência como professora de francês do CPII. Ao perceber o silenciamento em relação a essa disciplina em alguns dos documentos oficiais norteadores do ensino, como por exemplo as OCEM e o PNLD, e uma desvalorização da diversidade de oferta de línguas estrangeiras (doravante LE) em documentos como a lei 13.415/17 e a BNCC, consideramos pertinente destacar a presença, no currículo do colégio, dessa língua que está intrinsecamente ligada ao surgimento da educação nacional e mesmo ao desenvolvimento do equipamento cultural do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa se justifica pela relevância das ações para a promoção de LE implementadas no CPII, as quais se contrapõem à desvalorização do plurilinguismo nas políticas educacionais nacionais vigentes nos últimos anos, confirmada pela publicação dos documentos mais recentes. A escassez de estudos no campo das políticas para o ensino de línguas no CPII, em particular para o ensino de francês, também justifica o trabalho.

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual utiliza dados não mensuráveis e se vale de diferentes abordagens para chegar a uma análise subjetiva de aspectos que não podem ser quantificados. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador não se preocupa em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, uma vez que o enfoque maior é dado ao processo, à interpretação dos fenômenos investigados. Os dados coletados são descritivos, levando em consideração os diversos atores sociais envolvidos.

Esse tipo de investigação se diferencia da pesquisa de cunho quantitativo, que utiliza a linguagem matemática para a análise de dados brutos, centrada na objetividade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

As abordagens quantitativa e qualitativa não são excludentes, mas sim, complementares. A abordagem qualitativa pode adotar diferentes técnicas de coleta de dados, as quais podem incluir dados numéricos. Por outro lado, a análise do conteúdo de documentos e de entrevistas, por exemplo, pode ser traduzida em termos quantitativos. A abordagem

dominante no processo será definida pelo modo através do qual a pesquisa é construída, de acordo com os interesses do pesquisador (PIRES, 2008).

São tipos de pesquisa qualitativa a pesquisa documental, a pesquisa etnográfica e o estudo de caso.

A pesquisa documental é realizada a partir da análise de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, e que caracterizem fontes primárias, ou seja, que não tenham passado por nenhum tipo de tratamento analítico (SÁ-SILVA *et al.*, 2009). São exemplos de fontes primárias os documentos de arquivos públicos, os relatos de viagens e os documentos jurídicos. Distinguimos a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica pois esta se vale de fontes secundárias: materiais já elaborados, de reconhecido valor científico, como livros, artigos científicos e periódicos.

Assim, desenvolvemos uma pesquisa documental de base qualitativa, através da qual analisamos documentos oficiais (disponíveis em meio eletrônico) de nível institucional (portarias, ordens de serviço, projeto político-pedagógico institucional, projetos do departamento de francês) e nacional (LDB, PCN, OCEM, PNLD) que nortearam o ensino de LE no CPII no período selecionado para a pesquisa, a saber, entre 2012 e 2017.

Planejamento linguístico, política linguística, glotopolítica

O conceito de planejamento linguístico foi utilizado por diversos autores para se referirem à implementação (por parte do Estado, principalmente) de resoluções relacionadas à gestão de línguas. O termo foi usado pela primeira vez por Einar Haugen, em 1959, em um trabalho em que apresentava a intervenção normativa do Estado na Noruega para estabelecer o uso da língua nacional naquele país.

No mesmo campo conceitual de planejamento linguístico, surgiram outras denominações, como *aménagement linguistique* e normalização linguística. Ainda que com o mesmo valor, cada uma dessas expressões foi usada, inicialmente, para se referir a contextos específicos: o primeiro para tratar da situação diglósica no Québec, e o segundo para tratar da situação do catalão e do espanhol na Catalunha. Por outro lado, Robillard (1997, *apud* BLANCHET, 2009) propõe uma outra definição para *aménagement linguistique*: “uma forma

consciente, cientificizada e profissionalizada de intervenções que visam à modificação das línguas no que diz respeito a seu *status* e seu *corpus*”¹.

Cooper (1997) retoma a tipologia usada por Heinz Kloss em 1969 para distinguir dois tipos de planejamento sobre as línguas: o planejamento de *corpus* e o planejamento de *status*. O primeiro tipo se refere a intervenções na forma da língua, implementadas através da criação de gramáticas e dicionários, por exemplo. Já o planejamento de *status* se refere a mudanças na função das línguas, e às implicações políticas da escolha de uma língua para exercer determinada função, em detrimento de outra. O fato de um Estado escolher uma variedade linguística como língua de ensino ou língua oficial é um exemplo de intervenção no *status* das línguas.

Calvet (2007) chamou de políticas linguísticas (doravante PL) as escolhas conscientes referentes às relações entre língua e sociedade. As PL podem, assim, acontecer nos níveis macro, como as grandes decisões feitas pelo Estado, mas também em nível micro, como as decisões tomadas por grupos sociais, como famílias e associações de surdos, por exemplo. Segundo o autor, ainda que tais escolhas possam vir de quaisquer grupos da sociedade, somente o Estado teria os meios para implementar PL de forma oficial.

O conceito de PL foi descrito por vários autores, por vezes ganhando acepções associadas aos diferentes contextos aos quais foram relacionados. Assim, segundo Beacco e Byram (2007), as PL seriam “ações de caráter voluntário, oficial ou militante, destinadas a intervir sobre as línguas, no âmbito de sua forma, sua função social ou seu lugar no ensino”². Essas ações podem ser empreendidas por diversos componentes da sociedade, os chamados atores sociais. Os autores denominaram de políticas linguísticas educativas as intervenções relacionadas ao ensino de línguas na educação básica e no ensino superior. Acreditamos que a gestão de línguas vigente no CPEI seja um exemplo desse tipo de PL.

Calvet (2007) distingue dois tipos de gestão de situações linguísticas de acordo com os atores sociais envolvidos: a gestão *in vivo* e a gestão *in vitro*. A primeira seria aquela realizada pelos cidadãos comuns através de suas práticas sociais, do modo como resolvem problemas de comunicação encontrados em seu cotidiano. Essas práticas, espontâneas e por

¹ « ...une forme conscientisée, scientifiée et professionnalisée d'interventions visant à la modification des langues en ce qui concerne leur statut et leur corpus » (Tradução nossa).

² « ... des actions volontaires, officielles ou militantes, destinées à intervenir sur les langues (...) dans leur forme (...), dans leurs fonctions sociales (...) ou dans leur place dans l'enseignement. » (Tradução nossa)

vezes inconscientes, podem ser exercidas em meios plurilíngues ou não, e têm como consequências mudanças na forma ou na função de línguas em uma determinada comunidade linguística. Já a gestão *in vitro* é aquela realizada pelo Estado. A partir da análise de situações linguísticas, de hipóteses e propostas feitas por linguistas, os órgãos responsáveis colocam em vigor medidas para a solução de problemas, através de leis ou decretos, por exemplo. É possível que haja conflito entre os dois tipos de gestão caso as decisões tomadas pelo Estado não estejam em conformidade com o que é desejado ou já praticado pela população. Assim:

Será, por exemplo, difícil impor a um povo uma língua nacional que ele não queira ou que não acredite ser uma língua, mas um dialeto. Seria igualmente pouco coerente tentar impor para essa função uma língua minoritária, se já existir uma língua veicular amplamente utilizada. (CALVET, 2007, p. 70-71)

Adotando uma perspectiva mais abrangente dos fatos linguísticos, Guespin e Marcellesi (1986) propuseram o termo Glotopolítica para designar as diversas ações políticas relacionadas à linguagem exercidas na sociedade, contemplando os diferentes campos em que tais ações acontecem. Glotopolítica daria conta de tudo o que diz respeito “à gestão de práticas languageiras”, levando em consideração a função dos diversos atores sociais envolvidos na gestão de línguas. São consideradas fatos glotopolíticos todas as decisões relativas à gestão de línguas, sejam elas tomadas em menores instâncias (até mesmo por indivíduos, famílias), ou em instâncias de maior relevância social.

A política de línguas seria, pois, apenas uma parte da glotopolítica, já que o conceito não se refere apenas a políticas organizadas, cujo caráter político é mais facilmente reconhecido, mas também às demais práticas sociais, aos “reflexos, conscientes ou inconscientes, ativos ou passivos, dessas políticas”³ (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 15). Essa é a perspectiva que adotamos nesse trabalho.

O Colégio Pedro II

Criado em 1837 no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II foi a primeira instituição oficial de ensino do Brasil. Até aquele momento, não havia na então capital do Império instituições de ensino seriado. A instrução pública era dada por particulares ou através das chamadas aulas avulsas: aulas ministradas de forma isolada, por professores remunerados pelo governo, em

³ « (Les) relais, conscients ou inconscients, actifs ou passifs, de ces politiques. » (Tradução nossa)

suas residências ou em locais alugados para esse fim, sem uma preocupação com o sequenciamento dos conteúdos ensinados (JORNADA, 2013). Quando da sua criação, o CPII era uma instituição pública, porém não gratuita, criada com o intuito de preparar a elite instalada, principalmente, no Rio de Janeiro, para os exames que davam acesso aos estudos superiores, agora oferecidos no Brasil pelas Academias do Império. Os estatutos do colégio serviriam de referência para as demais instituições de ensino secundário a serem criadas na capital e nas províncias. Podemos considerar o Regulamento nº 8 de 1838, através do qual foram publicados os primeiros estatutos do CPII, a primeira legislação de diretrizes da educação brasileira, dada a inexistência de resolução com esse intuito anterior à criação do colégio.

Podemos perceber uma influência francesa na fundação do CPII em diferentes aspectos. O edifício do colégio, no qual havia funcionado anteriormente o Seminário de São Joaquim, foi reformado segundo o projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny. Ao importar o modelo educacional dos liceus parisienses Henri IV e Louis-le-Grand, o então Ministro da justiça e do Império, Bernardo de Vasconcelos, idealizador do projeto do colégio, corroborava a pretensão de elevar o Brasil ao nível das nações vistas como superiores. Foram adotadas disciplinas equivalentes àquelas dos liceus e o sequenciamento decrescente dos anos de estudo.

Instalado inicialmente no Centro do Rio de Janeiro, o CPII passou por três ciclos de expansão ao longo do século XX, além de mudanças em seus estatutos. Nos dias de hoje a instituição é equiparada aos institutos federais e conta com 14 *campi*, além de uma unidade de educação infantil, instalados em diversas regiões do município do Rio de Janeiro e também nos municípios de Duque de Caxias e Niterói, no mesmo estado. O colégio tinha, em 2016, 12.716 alunos e 1.409 professores.

O francês no Colégio Pedro II

Quando da sua fundação, o CPII tinha um currículo em que predominavam as disciplinas de humanidades, as quais ocupavam 70% da carga horária total do curso completo oferecido pelo colégio. Parcela significativa da grade curricular obrigatória era dedicada ao ensino de línguas clássicas e modernas, entre elas o latim, o grego, o francês e o inglês.

Pietraroia (2008, p. 7) ressalta o valor da cultura escolar na formação geral dos alunos, visto que ela funciona como um “complexo mecanismo ligado aos contextos político, religioso e cultural, promovendo tanto a instrução quanto a educação moral dos aprendizes”. Nesse

sentido, a autora aponta a relevância da língua francesa no currículo do CPII em dois eixos: a proficiência linguística e o eixo moral. A competência em francês era necessária aos alunos pois eram usados livros e metodologia vindos da França para o ensino de disciplinas como matemática, física, química, botânica e filosofia. Isto teria permitido, segundo as possibilidades do colégio, que ele tivesse o nível de ensino equivalente ao de instituições daquele país (JORNADA, 2013). Por outro lado, o eixo moral estava presente nos textos franceses usados nos exercícios de tradução e versão e nas listas de palavras a serem memorizadas, característicos da metodologia tradicional, adotada no ensino de línguas da instituição. Destaca-se entre os títulos usados no colégio *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon, um dos livros dedicados à educação de príncipes europeus nos séculos XVII e XVIII.

Ao longo dos séculos XX e XXI os estatutos do CPII sofreram reformas que implicaram na mudança da carga horária atribuída ao ensino de línguas clássicas e modernas na instituição. O francês, todavia, se manteria no currículo do colégio durante todo o período, e seria disciplina obrigatória na escola secundária brasileira até a primeira metade do século XX. A Lei orgânica da educação de 1942 trazia o ensino de francês como obrigatório nas quatro séries do ensino ginásial (atual segundo segmento do Ensino Fundamental) e nos dois primeiros anos dos cursos clássico e científico (modalidades do Ensino Médio vigente à época).

Após esse período, transformações econômicas e políticas consequentes da Segunda Guerra Mundial contribuiriam para que a preocupação com uma formação humanística cedesse lugar à valorização do ensino profissionalizante, reduzindo o espaço de disciplinas de humanidades no currículo da educação básica. Reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos de 1960 e 1970 priorizavam o desenvolvimento da educação profissional, atendendo às exigências da agência norte-americana para o desenvolvimento internacional (USAID), a qual havia firmado convênios, anos antes, com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

Tais medidas contribuíram para que o francês cedesse gradativamente lugar ao inglês como principal LE ensinada nas escolas brasileiras a partir de então, já que o idioma, supostamente, fazia parte da qualificação necessária para atender à demanda de um mercado em ascensão. No Rio de Janeiro, entretanto, assim como os colégios de aplicação da UERJ (CAp UERJ) e da UFRJ (CAp UFRJ), o CPII manteve o francês como disciplina obrigatória, ao lado do inglês, em todas as séries do segundo segmento do ensino fundamental até 2016, e como opção de LE no ensino médio.

A gestão de línguas no CPII

Podemos dizer que a gestão de línguas exercida no CPII na atualidade é o resultado das práticas de diferentes atores sociais. Por um lado, enquanto instituição pública federal, o colégio obedece a um planejamento linguístico elaborado por uma instância superior, o Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela concepção e publicação dos documentos que regem a educação básica no Brasil: LDB, PCN, OCEM, PNLD, BNCC.

Por outro lado, o CPII é, também, uma instância glotopolítica (BULOT, 2004), a qual põe em prática ações linguísticas resultantes do trabalho conjunto de diversas esferas da instituição. Assim, podemos afirmar que o ensino de LE no CPII é também orientado por regras próprias à entidade, implementadas a partir da publicação de documentos pela Reitoria da instituição (portarias, ordens de serviço, projeto político-pedagógico institucional) e da atuação de vários setores, como as pró-reitorias de ensino (PROEN) e de pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura (PROPGPEC) na execução de projetos desenvolvidos pelos departamentos pedagógicos.

Considerações parciais

A pesquisa realizada até o momento permite-nos identificar o CPII como um importante agente de políticas de línguas. As ações glotopolíticas para a promoção de LE próprias à instituição, resultantes do trabalho conjunto de diversos setores do colégio, como o corpo docente e as pró-reitorias de ensino e de extensão permitiram a oferta anual da língua francesa a cerca de 5.600 alunos no período entre 2012 e 2017. Destacamos, pois, a importante função exercida pelo CPII na democratização do ensino de LE na rede pública, em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro.

Podemos perceber que a política de línguas exercida no colégio entre os anos de 2012 e 2017 reflete a tenacidade na oferta de francês, uma vez que os documentos oficiais da educação básica vigentes atualmente estabelecem como idiomas obrigatório e recomendado o inglês e o espanhol, respectivamente.

REFERÊNCIAS

BEACCO, J.-C. *École et politiques linguistiques*. Pour une gestion de la diversité linguistique. Paris: Les Éditions Didier, 2016.

BEACCO, J.-C.& BYRAM, M. *De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue*. Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe. Strasbourg : Conseil de l'Europe, 2007.

BLANCHET, P. La nécessaire évaluation des politiques linguistiques entre complexité, relativité et significativité des indicateurs. In : *Les cahiers du GEPE, Éclairages*. Strasbourg : Presses universitaires de Strasbourg, 2009. Disponível em: [<http://www.cahiersdudgepe.fr/index.php?id=898>]. Acesso em: 21 out. 2018.

BULOT, T. Dominance, glottopolitique et pratiques d'enquête : Modéliser les pratiques de langues en zone d'Oïl. In : *Moderne Sprachen*, Editions Praesens, 2004, 2 (48), p.59-74.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Base nacional comum curricular*. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base]. Acesso em: 21 out. 2018.

CALVET, L.-J. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CALVET, L.-J. *La sociolinguistique*. Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGURI, J.P. Configurando a história: os sentidos e a política do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. In: *Revista e-curriculum, v.8 n.1*. São Paulo: 2012. Disponível em: [<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9041>]. Acesso em: 21 out. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. História do CPII. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html]. Acesso em: 21 out. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. *Cadre Européen Commun de Référence pour les Langues : apprendre, enseigner, évaluer*. Strasbourg: Unité des Politiques Linguistiques, 2001.

COOPER, R. L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Traduzido para o espanhol por José M. Perazzo. Cambridge University Press: 1997.

DEZERTO, F. B. *Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar (de 1838 a 1945)*. 2013. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

-
- DORIA, E. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo*. Brasília, INEP, 1997.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GUESPIN, L. ; MARCELLESI, J.-B. Pour la glottopolitique. In : *Langages*, 83, 1986, p. 5-34.
- GUIMARÃES, V. Relações transnacionais: jornais franceses publicados no Brasil (1854-1924). *Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Ano 9, n. 9, 2015. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_02.pdf]. Acesso em: 21 out. 2018.
- GUISAN, P. O paradigma da língua na formação do nacionalismo brasileiro. In: SAVEDRA, M. M. G.; MARTINS, M. A.; HORA, D. DA. (Orgs.). *Identidade social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, p. 225-250.
- HAUER, L.M. O Colégio Pedro II durante a ditadura militar: o silêncio como estratégia de subordinação. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v. 3, n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- JORNADA, J. P. *Uma perspectiva histórica do ensino de química no Colégio Pedro II (1837 – 1889)*. 2013. Dissertação. (Mestrado em ciência, tecnologia e educação). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow de Oliveira, Rio de Janeiro.
- LEFFA, V. J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. In: *Contexturas*, APLIESP. São Paulo, n. 4, 1999, p. 13-24.
- LUSTOSA, I. Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). *Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Ano 9, n. 9, 2015. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_03.pdf]. Acesso em 21 out. 2018.
- MARTINO, A.; SAPATERRA, A. P. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. In: *Revista Estudos Linguísticos*, vol. XXXV, 2006, p. 234-243.
- PIETRARÓIA, C. C. A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino. In: *Revista Estudos Linguísticos*. v. 37 (2). São Paulo, 2008, p. 7-16.
- PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: [<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad->

1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf]. Acesso em: 21 out. 2018.

RIBEIRO DA SILVA, E. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. In: *Trabalhos em linguística aplicada (UNICAMP)*, v. 52.2, 2013, p. 289-320.

RODRIGUES, F. C. *Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2012.

SEVERO, Política(s) Linguística(s) e questões de Poder. In: *Alfa: revista de linguística (UNESP, online)*, v. 57, 2013, p. 451-473.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SOARES, F.S.; SOARES, R.S. O lugar das línguas modernas e seus professores no Colégio Pedro II: francês, inglês, alemão, italiano e espanhol. In: *Anais eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. UFPB, 2017, p. 5014-5025. Disponível em: [<http://www.ixcbhe.com/anais.php>]. Acesso em: 21 out. 2018.

SOUZA, M.M.M.F. *A desconcentração política e o seu impacto nas Políticas Linguísticas Públicas Educacionais (PLPE) no Brasil*. 2018. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem). Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SPOLSKY, B. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016.

TRONCY, C. Les politiques linguistiques entre cloisonnements et renouveaux épistémologiques ? In: *Analele Universității din București, Științe Politice*, anul XIII, n. 1, 2011, p. 35-53.

VIDOTTI, J. J. V. *Políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira no Brasil no século XIX com ênfase na língua inglesa*. 2012. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo.